

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E NEOTECNICISMO PEDAGÓGICO

Elson Marcolino da Silva¹

RESUMO

Constitui-se, o presente artigo, de parte das reflexões de uma investigação e traz como objetivo refletir acerca da influência do neotecnismo pedagógico na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), procurando responder o seguinte questionamento: - Em linhas gerais, será que há indícios da presença de pressupostos neotecnistas na Base Nacional Comum Curricular? Constituiu-se de estudos bibliográficos, embasados principalmente em Saviani (1983, 2008), Freitas (1995, 2017), Santos (2004) e Pires (2020), e estudo documental (BRASIL, 2017). Os dados da investigação foram analisados por meio da Análise de Conteúdo. Infere-se que a BNCC se constitui num projeto maior de educação brasileira, com fortes influências dos grandes organismos e conglomerados empresariais nacionais e internacionais e também que há indícios da presença de pressupostos neotecnistas no documento estudado.

Palavras-chave: Educação, Competências, Currículo, Tecnicismo, Toyotismo.

INTRODUÇÃO

No presente texto, reflete-se sobre a influência do neotecnismo pedagógico na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Constitui-se de parte dos resultados de uma investigação iniciada em agosto de 2019. Como problemática, procurou-se responder o seguinte problema: - Em linhas gerais, será que há indícios da presença de pressupostos neotecnistas na Base Nacional Comum Curricular? Durante a investigação, foram realizados estudos bibliográficos e documentais. Os dados foram analisados por meio dos pressupostos da Análise de Conteúdo, que resultou na criação de três categorias de análise: a) dimensão e alcance da BNCC, b) possibilidade de materialização dos pressupostos neotecnistas na educação por meio da BNCC, c) pressupostos neotecnistas na BNCC.

Entende-se que as reflexões apresentadas neste artigo são consideradas relevantes, uma vez que estudos sistematizados sobre a relação entre BNCC e neotecnismo ainda são considerados escassos na produção nacional. Ademais, tanto a BNCC quanto o neotecnismo pedagógico são considerados fenômenos relativamente recentes na educação brasileira, o que demonstra a necessidade de estudos mais sistematizados.

¹ Docente da Universidade Estadual de Goiás – UEG. elsonmarcolino@gmail.com

Como considerações finais, podemos inferir que a BNCC se constitui num projeto maior de educação brasileira, com fortes influências dos grandes organismos e conglomerados empresariais nacionais e internacionais e também que há indícios da presença de pressupostos neotecnicistas no documento estudado.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC

As discussões em torno da temática “currículo escolar” envolvem questões históricas que no Brasil vêm se desenvolvendo há muitas décadas de forma tensa, principalmente quando os debates envolvem centralização do currículo escolar por parte do Governo Federal. A tentativa de centralização do currículo escolar na atualidade é considerada tensa na medida em que o currículo escolar não pode ser considerado apenas como uma questão neutra e isolada das interferências ideológicas, políticas e culturais das classes sociais dominantes.

O currículo é caracterizado como peça-chave da organização do sistema educacional e, portanto, é a partir dele que se organiza “o quê”, “como” e “para quê”. Daí o motivo pelo qual não se pode deixar que o Governo Federal defina de forma unilateral e, ainda, de forma pretensamente “democrática”, essas e outras questões que vão impactar diretamente na formação dos alunos, dos cidadãos, bem como em um projeto de nação.

As discussões em torno da BNCC - Base Nacional Comum Curricular não fogem a essa regra, uma vez que se trata de um documento que define e institucionaliza para toda a Educação Básica brasileira as aprendizagens essenciais que todas as escolas terão que incluir nos seus projetos pedagógicos, bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas em salas de aula a partir destes.

Em 2015, começa a construção da BNCC, sendo a iniciativa do MEC. De lá até 2017 foram três versões, sendo que em dezembro de 2017 o MEC homologa o documento que no ano seguinte passa a desenvolver políticas para normatizar todo o sistema de ensino brasileiro nos níveis da Educação Infantil e Ensino Fundamental, uma vez que as “orientações” para o Ensino Médio foram incluídas no documento a partir de 2018.

Na promulgação da BNCC em 2017, o Governo Federal anuncia com muito entusiasmo a aprovação do documento que passará não apenas a nortear os currículos escolares, mas também conduzirá a formação inicial e continuada dos professores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliação e os exames nacionais. Já no início do documento, o Governo Federal anuncia: “É com alegria que entregamos ao Brasil a versão final homologada da Base

Nacional Comum Curricular (BNCC)” (BRASIL, 2017, p. 5). Mas diante desse entusiasmo, por parte do Governo Federal, precisamos já de início também questionar.

Segundo o Ministério da Educação do Brasil, MEC, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular:

[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p. 9).

Nota-se, desde a definição do que vem a ser o referido documento, uma preocupação em definir ao longo da formação de todos os alunos da Educação Básica “aprendizagens essenciais”. Mas quais aprendizagens são essas? Onde o Governo Federal, os “especialistas” e as instituições que contribuíram para a elaboração desse documento foram buscar essas aprendizagens essenciais que se encontram instituídas na BNCC? Há relação entre essas aprendizagens essenciais e o neotecnicismo pedagógico?

NEOTECNICISMO PEDAGÓGICO

Para se ter uma ideia do que vem a ser o neotecnicismo pedagógico, é importante recorrer a alguns momentos históricos da educação brasileira, sobretudo a partir da década de 1960, período caracterizado pelo início da hegemonia da educação produtivista em boa parte da América Latina. Inspirada, sobretudo, nos pressupostos da teoria do capital humano, essa concepção de educação começou a ser impressa no sistema educacional brasileiro na passagem dos anos 1950 para 1960, quando surgiram propostas educacionais e pedagógicas que preconizavam a subordinação da educação aos interesses do sistema produtivo-capitalista e, aliada à teoria do capital humano, a educação passou a ser concebida como um bem de produção, subordinando, assim, a educação aos interesses econômicos.

No campo da educação escolar, a concepção produtivista educacional se oficializou a partir da década de 1960 por meio da tendência pedagógica denominada tecnicismo pedagógico, que reproduzia um discurso na convicção de que a escola só se tornaria mais eficaz se adotasse o modelo empresarial da época nos moldes fordista-tayloristas. Nesse sentido, os processos típicos das empresas acabaram por afetar a escola a partir do momento em que essa tendência pedagógica foi “assimilada” nas políticas e nas práticas educacionais. Suas principais marcas se processaram nas ações de planejamento e organização racional do trabalho pedagógico, na operacionalização dos objetivos, e no parcelamento do trabalho com a

especialização das funções. O lema do tecnicismo pedagógico era planejar para ter domínio e controle, sendo que a razão instrumental deveria ditar o rumo “certo” do presente, planejando o futuro com a máxima segurança e previsibilidade. O tecnicismo é caracterizado como autoritário e antidemocrático, pois o que vale é a decisão técnica dos tecnocratas e, por isso, a participação popular sempre foi desnecessária.

De acordo com Saviani (1983), o tecnicismo pedagógico é definido como uma forma de reorganização da escola, que seguido pelo pressuposto da neutralidade científica e orientado pelos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade defende a tese de reordenação do sistema educativo a fim de torná-lo objetivo e operacional.

A partir do começo da década de 1990, deu-se início a um movimento que preconizou uma “nova” organização da educação escolar a partir dos novos interesses do capital. Esses interesses são resultados das transformações que vêm ocorrendo no mundo da produção desde o final da década 1960, em que o capitalismo se viu forçado a mudar seu método universal de incremento do fordismo/taylorismo para os métodos de produção flexíveis, entre eles o toyotismo. Diante desse “novo” cenário, novas demandas foram impostas à educação escolar. Entretanto, sob essas novas demandas manteve-se as principais bases conceituais do “velho” tecnicismo pedagógico. Para Freitas (1995) e Saviani (2008), a partir da década de 1990, o sistema educacional brasileiro passou a ter suas políticas e práticas marcadas por um tecnicismo pedagógico refuncionalizado, ou seja, um neotecnicismo pedagógico.

Nesse sentido, a ideia de manter a educação escolar atrelada aos éthos empresariais e à convicção de que ela só se tornaria mais eficaz se adotasse o modelo empresarial, tão caro ao tecnicismo das décadas de 1960/1970, é mantida. Entretanto, são outras as categorias que consubstanciam o neotecnicismo pedagógico.

Nessa nova fase de valorização do capital, em que o neotecnicismo orienta e organiza o ambiente educacional, demanda-se um novo tipo de educação do trabalhador, que, em decorrência disso, exige, também, uma “nova” pedagogia. É nesse sentido que Kuenzer (2020, p. 64) entende que “[...] os métodos flexíveis de organização e gestão de trabalho, não só exigem novas competências, como também invadem a escola como os novos princípios do toyotismo”.

O neotecnicismo pedagógico tornou-se hegemônico no Brasil a partir da década de 1990 por meio das políticas neoliberais de mercado alinhadas às novas demandas produtivas. E isso só foi possível de se realizar por meio do apoio condicional dos organismos multilaterais como Banco Mundial, BIRD, OTAN, OCDE, UNESCO, entre outros.

PRESENÇA DE PRESSUPOSTOS NEOTECNICISTAS NA BNCC

A análise do *corpus* da pesquisa nos possibilitou a criação de três categorias de análise:

a) dimensão e alcance da BNCC, b) possibilidade de materialização dos pressupostos neotecnicistas na educação por meio da BNCC, c) pressupostos neotecnicistas na BNCC. Em seguida, discutiremos cada uma delas.

a) Dimensão e alcance da BNCC

Segundo o Documento analisado, “a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação” (BRASIL, 2017, p. 8). E, nesse sentido, “Cabe ao MEC ser um grande parceiro neste processo, de modo que, em regime de colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula das escolas brasileiras, reconhecendo que a educação deve mostrar-se “também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)” (Ibid, p. 9).

Com base no exposto acima, fica evidente que a introdução da BNCC em todos os níveis da Educação Básica não pretende definir apenas, e de forma padronizada, “o quê”, “como” e “para o quê” a escola deve trabalhar, restringindo seu campo de atuação no currículo da sala de aula. Seu projeto parece ir além da padronização das questões curriculares da sala de aula, sobretudo, quando propõe articulação do currículo de sala de aula, proposto no documento, às políticas de formação de professores, à avaliação da escola, e aos materiais e conteúdos educacionais para todas as escolas brasileiras. Diante disso, parece, no mínimo, não existir dúvida de que a BNCC faz parte de um projeto maior de educação, visando à manutenção da hegemonia capitalista, articulando numa mesma dimensão, senão todos, pelo menos um número significativo de áreas da educação escolar brasileira.

Para que esse projeto maior de educação seja concretizado, o MEC – Ministério da Educação é considerado parceiro fundamental nesse processo para que as mudanças esperadas pela BNCC alcancem cada sala de aula das escolas do Brasil.

Entretanto, cabe ressaltar que, na implementação das “propostas” da BNCC para toda a Educação Básica brasileira, o MEC deve seguir essa política alinhado às diretrizes dos organismos internacionais como, por exemplo, da Organização das Nações Unidas (ONU) e sua “Agenda 2030”.

Segundo Freitas (2017), a BNCC do MEC, alinhada aos interesses dos organismos internacionais, é mais uma tentativa dos grandes conglomerados empresariais para controlar, por meio da geração dos chamados objetivos de aprendizagem, a aprendizagem dos alunos, o trabalho dos professores e a própria gestão da escola.

Pires (2020) denuncia que era nítida a influência de instituições nacionais e internacionais ligadas, direta e indiretamente, ao “mundo empresarial” durante as discussões em torno da BNCC, com destaque para o Movimento pela Base Nacional Comum – MBNC. Apresentando-se em 2013 como um grupo não governamental, as propostas do MBNC se faziam presentes nas discussões e encaminhamentos da BNCC, principalmente por meio de profissionais e pesquisadores da área da educação “patrocinados” pelos grandes conglomerados empresariais como: a Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Instituto Inspirare (grupo Odebrecht), Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo).

Segundo a autora, esse grupo era fortalecido por sua articulação com outros aparelhos hegemônicos, inclusive ao nível internacional e “[...] era composto por organizações e intelectuais orgânicos da classe empresarial, envolvidos em discussões sobre a definição de um currículo comum para o Brasil” (PIRES, 2020, p. 154).

Nesse contexto, ganha maior relevância nas políticas educacionais que vão orientar a implementação da BNCC nas escolas a avaliação do sistema educacional como um “todo” e da própria escola. E é, por meio dela, que se busca os resultados para a garantia da eficiência e da produtividade escolar de acordo com os interesses produtivos nacionais e internacionais, uma vez que a avaliação é tida como um fenômeno global que visa satisfazer as novas exigências do modelo produtivo-capitalista, especialmente no que tange ao novo perfil do trabalhador demandado pelo capital.

Assim é que a avaliação “externa” é caracterizada como mais uma estratégia do sistema produtivo para verificar e controlar se as escolas estão, ou não, desempenhando seu papel reprodutivista, sendo que o mais importante nessa nova lógica de avaliação é o controle dos resultados e não, necessariamente, dos procedimentos (meios). Dessa forma, Saviani (2008) entende que surge um novo pressuposto neotecnicista em que o controle se desloca do processo para o resultado, pois no lugar da uniformização e do rígido controle do processo como se caracterizava as políticas educacionais e, por conseguinte, a organização das escolas sob a égide do tecnicismo pedagógico embasado no taylorismo-fordismo flexibiliza-se o processo como recomenda o toyotismo.

O neotecnicismo pedagógico é uma forma de reorganização educacional e escolar que

visa atender às novas demandas produtivas do capitalismo, subsidiado pelos novos modos de produção flexíveis, entre eles o toyotismo, e a educação desempenha um papel importante nesse contexto, pois é a principal responsável pela “[...] preparação de um trabalhador mais adequado aos novos parâmetros produtivos” (FREITAS, 1995, p. 429) e isso só é possível de se realizar por meio do apoio condicional dos organismos multilaterais (Banco Mundial, BIRD, OTAN, OCDE, UNESCO, ONU, entre outros).

b) Possibilidade de materialização dos pressupostos neotecnistas na educação por meio da BNCC

A possibilidade de materialização dos pressupostos neotecnistas em contexto educacional poderá ocorrer “Ao longo da Educação Básica”, por meio “das aprendizagens essenciais”, visando “assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2017, p. 8). Essas competências são definidas como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais)” (Ibid, p. 9), sendo “imprescindível destacar que essas competências gerais da Educação Básica, se inter-relacionem e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação” (Ibid, p. 10).

A BNCC enfatiza demasiadamente a necessidade de as escolas de Educação Básica incorporarem em seus planejamentos e práticas dez competências gerais para que os estudantes desenvolvam as aprendizagens essenciais que serão utilizadas ao longo das suas vidas. Chama atenção, nesta análise, o fato de a BNCC retomar a ideia de “competências”, termo oriundo da esfera produtiva capitalista e que foi introduzido sobre a educação já no início do tecnicismo pedagógico.

Entretanto, ainda que o estágio atual do capitalismo pareça ser diferente do período histórico da hegemonia do tecnicismo pedagógico, as “competências” a serem desenvolvidas nos alunos e professores da Educação Básica, segundo a BNCC, são mais complexas e valorizam significativamente aquelas relacionadas à dimensão socioafetiva.

Para Santos (2004), essas novas competências “[...] passam a ser virtudes e disposições fundamentais à nova organização do processo de trabalho” (p. 86). E no campo da educação escolar, o desenvolvimento dessas competências, bem como das habilidades e capacidades, entre outras, se daria por meio do neotecnismo pedagógico.

c) Pressupostos neotecnistas na BNCC

Durante a realização da análise do *corpus* da pesquisa, foi possível também identificar e analisar a presença de pressupostos neotecnistas na Base Nacional Comum Curricular. De acordo com a análise do documento, já desde o início da Educação Básica a escola deve se organizar para realizar um trabalho pedagógico que contemple principalmente: “Exercício da curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências”, o desenvolvimento de “atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana”, bem como “a imaginação e a criatividade para formular e resolver problemas e criar soluções, inclusive tecnológicas” (BRASIL, 2017, p. 8).

Para tanto, é importante enfatizar o “Continuar aprendendo” (BRASIL, 2017, p. 9) e também “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação”, bem como o “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação” (BRASIL, 2017, p. 10).

Kuenzer (2020) entende que, com as mudanças nos processos produtivos, passa-se a exigir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentos tais como: “[...] análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas, criatividade diante de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes linguagens, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos e estudar continuamente [...]” (p. 60).

Santos (2004) também menciona algumas capacidades que são exigidas pela nova base produtiva-capitalista, entre elas: a) a criação de novos tipos de relacionamento interpessoal com o objetivo de ampliar as iniciativas individuais e as motivações para o trabalho; b) capacidade de trabalhar em equipe; c) saber relacionar-se com os outros; c) participar; d) expressar-se; e) propor soluções para problemas que possam surgir de forma inesperada, bem como oferecer sugestões; f) criatividade; g) aprender a aprender; e h) capacidade de flexibilização e polivalência.

Para Saviani (2008), essas novas capacidades exigidas pelo mundo da produção em sua fase de desenvolvimento vão impondo novas demandas para o sistema escolar e têm como base os pressupostos pedagógicos do neotecnismo pedagógico, enquanto forma de organização escolar que se torna hegemônica no Brasil na década de 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às reflexões trazidas neste artigo, pudemos inferir que, em linhas gerais, há indícios da presença de pressupostos do neotecnicismo pedagógico na Base Nacional Comum Curricular (2017), principalmente quando no documento se define que a organização do trabalho pedagógico escolar deve se pautar na noção de competências, termo oriundo do “mundo dos negócios” desde a hegemonia do “velho” tecnicismo e que foi reconfigurado na BNCC para fazer jus aos novos interesses produtivos. Em relação às capacidades definidas pela BNCC, e que as escolas devem incorporar em seus currículos, foram identificadas aquelas que fazem parte do conjunto de necessidades demandadas pelo mundo da produção em sua fase atual, entre elas: a “aprendizagem para sempre”, a “criatividade”, a “flexibilidade”, a “cooperação”. No campo da educação escolar, o desenvolvimento dessas competências, e outras, se daria por meio do neotecnicismo pedagógico. Pelo menos em tese.

Ademais, é importante atentar para a necessidade de não conceber a BNCC apenas como um documento normativo que visa “orientar” o currículo da sala de aula nas escolas brasileiras nos níveis da Educação Básica. Na verdade, a Base Nacional Comum Curricular deve ser concebida como um documento que traz subjacentemente um projeto maior de educação e que propõe reorganizar, além do currículo escolar, principalmente as políticas de formação docente, da avaliação da escola e da definição de conteúdos e materiais pedagógicos. E esse projeto, muito provavelmente, se estrutura e se difunde na organização da educação escolar brasileira por meio do neotecnicismo pedagógico, corrente pedagógica hegemônica que visa reforçar os laços entre escola e mundo da produção para assim atender às demandas específicas e gerais deste último segmento da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular Ministério da Educação, 2017. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf. Capturado em 10 set. 2020.

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Magistério e Trabalho Pedagógico).

_____. **BNCC: como os objetivos serão rastreados**. Avaliação Educacional. Blog do Freitas. Campinas. 7 dez. 2017. Disponível em <https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-como-os-objetivos-serao-rastreados/>. Acesso em 10 dez. 2020.

Kuenzer, A. Z. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio flexível. **Revista Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 25, n. 1. pp. 57-

66. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/WDrjPv8s6s9X5Y63PWG3VgJ/?lang=pt#ModalArticles>.

Acessado em 30 jan. 2021.

PIRES, M. M. **A influência empresarial na política curricular brasileira**: um estudo sobre o Movimento pela Base Nacional Comum. 2020. 258 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2020.

SANTOS, O. J. Reestruturação capitalista: educação escolar. **Revista Trabalho e Educação**, vol.13, n.1-jan/jul. 2004, pp. 79-89.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1983.

_____. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.